

1 **ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA –**
2 **CSBH DO MÉDIO JAGUARIBE**

3 Ao 19 (dezenove) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, das 9:00 às 13:00 horas,
4 estiveram reunidos no auditório do CRAS – Centro de Referência e Assistência Social, município
5 de Iracema/CE, os representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica
6 do Médio Jaguaribe, para discutir a seguinte pauta: **1. (08:30 H) – CoffeBreak; 2. (09:00 H) –**
7 **Abertura, Verificação do quorum e Resgate dos Encaminhamentos da Reunião Anterior; 3.**
8 **(09:15 H) – Aprovação da Ata da 22ª Reunião Extraordinária do colegiado; 4. (09:20 H) –**
9 **Preenchimento de vacâncias criadas após a publicação do Novo Regimento no Diário Oficial**
10 **do Estado (03 da sociedade civil, 02 do Poder Público Estadual/Federal); 5. (10:00 H) –**
11 **Eleição do Secretário(a) adjunto da diretoria do CSBH Médio Jaguaribe (Cargo criado após a**
12 **publicação do novo regimento no Diário Oficial do Estado; 6. (10:30 H) – Aprovação da**
13 **minuta de Moção Nº 02/2019 – Que estabelece a Priorização para efeitos de outorga de uso da**
14 **água na sub-bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe; 7. (11:00 H) – Discussão da proposta de**
15 **Resolução que solicita ao CONERH a proibição da irrigação por superfície no Baixo e Médio**
16 **Jaguaribe; 8. (11:30 H) – Apresentação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)**
17 **dos municípios da Sub-bacia do Médio Jaguaribe – Secretaria das Cidades; 9. (12:00 H) –**
18 **Apresentação da Situação Hídrica do Baixo e Médio Jaguaribe – COGERH; 10. (12:30 H) –**
19 **Informes/Encaminhamentos; 11. (13:00 H) – Encerramento.** Estiveram presentes: o Sr.
20 Francisco Lurivan Miranda Pinheiro e o Sr. Cícero Benigno Almeida Neto – Associação Cultural
21 Filhos da Terra – Iracema; a Sra. Antonina Maia Diógenes – Instituição Sócio Comunitária
22 Agrovila Riacho da Serra – Alto Santo; a Sra. Dyane Guimaraes Miranda – Instituto de
23 Desenvolvimento e Formação Cidadã – IDFC – Tabuleiro do Norte; a Sra. Flaviana Guimarães de
24 Lima – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – IRDSS – Tabuleiro do Norte; o
25 Sr. Francisco Frankalino de Sousa – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as)
26 Familiares de Deputado Irapuan Pinheiro; os Srs. José Valderi Pimenta e Geraldo Maria Gomes –
27 Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares de Iracema; o Sr. Joseane
28 Silveira de Moraes – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares de
29 Pereiro; a Sra. Damiana Alves Bruno – Associação Comunitária dos Assentados de Boa Esperança
30 – Iracema; o Sr. Francisco Holanir Cabral – Associação de Fomento a Caprino Ovinocultura e Gado
31 de Leite de São João do Jaguaribe – ASCOS; o Sr. Auricélio Teixeira Lima e a Sra. Francisca
32 Auglicélia Campos de Lima – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as)
33 Familiares de Jaguaribe; o Sr. Antônio Moraes Honório – Associação de Desenvolvimento C.
34 Francisco M. do Nascimento – Jaguaribe; o Sr. Francisco de Assis Rabelo Pereira – Associação dos
35 Pequenos Produtores Rurais de Caraúbas – Alto Santo; o Sr. Vicente Bibiano – Associação dos
36 Pescadores do Açude Castanhão – APAC; as Sras. Maria Evaneida Peixoto e Ângela Maria S.
37 Bessa – SEMACE; o Sr. Samuel de Lima representou por procuração – CAGECE/UNBBBJ; o Sr.
38 Cícero Junier Barreto – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Jaguaribe; a Sra. Keroliny
39 Maria Perdigão Honorato – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; o Sr. Exedito Diógenes Filho
40 – Sindicato Rural de Jaguaretama; o Sr. Francisco Lindomar Guimarães Sousa – Sindicato dos
41 Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares de Potiretama; o Sr. Reginaldo Ferreira de
42 Lima – EFA Jaguaribana; o Sr. David de Viana Holanda – Prefeitura Municipal de Alto Santo – o
43 Sr. Ayrton Senna Pinheiro de Queiroz – Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro; os Srs. José
44 Uilson Magalhães e José Roque Freire – Prefeitura Municipal de Iracema; o Sr. Francisco César
45 Campelo Rodrigues – Prefeitura Municipal de Jaguaribe; o Sr. Raimundo Eudivan da Silva –
46 Prefeitura Municipal de Jaguaretama; o Sr. André Leitão Mavignier – Departamento Nacional de
47 Obras Contra as Secas – DNOCS; o Sr. João Alves de Menezes – Empresa de Assistência Técnica e
48 Extensão Rural – EMATERCE Jaguaribe; o Sr. Valdenor Nilo de Carvalho Júnior – Fundação
49 Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME Fortaleza; o Sr. José Maria Freire –
50 Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA – Fortaleza e o Sr. Dedé Teixeira representou por

51 procuração – Secretaria dos Recursos – SRH Fortaleza. A reunião foi iniciada pela Sra. Flaviana
52 Guimarães, Presidente do CSBH Médio Jaguaribe que deu as boas vindas a todos, agradeceu a Sra.
53 Suzy – Coordenadora do CRAS pelo espaço cedido para que a sessão acontecesse e em seguida
54 convidou para compor a mesa as seguintes pessoas: o Sr. Lurivan (Secretário do CSBH Médio
55 Jaguaribe), o Sr. Joseane (Vice-Presidente do CSBH Médio Jaguaribe), o Sr. José Uilson
56 (representando o Prefeito Municipal de Iracema – Sr. José Juarez Diógenes), a Sra. Suzy Diógenes
57 (Coordenadora do CRAS) e o Sr. Leandro Nogueira (Coordenador do Núcleo de Gestão da
58 Gerência Regional da COGERH Limoeiro do Norte). Composta a mesa a Sra. Flaviana concede a
59 palavra ao Sr. Joseane. Em suas considerações iniciais o Sr. Joseane deu as boas vindas aos
60 membros do colegiado, ao anfitrião e também integrante do comitê – o Sr. José Uilson que hoje
61 representava o Prefeito de Iracema e, por fim, saudou a todos os presentes. Disse que o CSBH
62 Médio Jaguaribe estava entrando na terceira idade ao atingir a 60ª Reunião Ordinária. Relembrou
63 algumas ações importantes que foram tomadas e encaminhadas pelo comitê e pontuou que há muito
64 o que se fazer pela região do Médio Jaguaribe e em seguida passou a palavra para a Sra. Suzy
65 Diógenes. A Sra. Suzy mencionou que é uma honra para a cidade de Iracema e para o CRAS está
66 sediando tão importante reunião. Falou que mesmo sem se aprofundar no tema, tem um pouco de
67 conhecimento sobre o assunto e, destacou a gestão participativa de recursos hídricos como uma
68 importante ferramenta na tomada de decisão da gestão da água. Finalizou dizendo que “*é*
69 *importante matar a sede de água, porém, o mais importante ainda é matar a sede de conhecimento,*
70 *sendo justamente o que faz um comitê de bacia quando se reúne periodicamente*” e desejou que a
71 reunião fosse produtiva. O próximo a falar foi o Sr. Leandro Nogueira que agradeceu a Deus pelo
72 momento de podermos está todos reunidos ali, agradeceu mais uma vez a Sra. Suzy Diógenes pelo
73 espaço cedido, agradeceu a todos os amigos pela presença na sessão. Em seguida apresentou a
74 equipe da COGERH: os Srs. Humberto Azevedo e Aroldo Vidal – ambos Analistas em Gestão de
75 Recursos Hídricos e Sra. Ley Oliveira – Assistente Administrativo do Núcleo de Gestão.
76 Apresentou ainda o Sr. Rômulo Cabral – técnico da Secretaria das Cidades que fará apresentação
77 sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). O Sr. Leandro propôs que os informes e
78 encaminhamentos da última reunião fossem feitos no início e não ao final do encontro, haja vista
79 que muitas pessoas tendem a se dispersar e perdem justamente o mais importante, a essência do que
80 fora discutido e deliberado. Concluída sua fala, o Sr. Leandro concedeu a palavra ao Sr. José Uilson
81 que inicia sua fala justificando a ausência do Prefeito Sr. José Juarez Diógenes a esse importante
82 evento. Na sequência saudou aos representantes das entidades ali presentes, entre quais foram
83 citadas: COGERH, CAGECE, SEMA, SEMACE, DNOCS, EMATERCE e Secretaria das Cidades,
84 dentre outras. Por fim saudou a todos os membros do comitê e desejou que a reunião fosse bastante
85 produtiva. Retomando a palavra, a Sra. Flaviana convidou a plenária a fazer uma oração, na qual foi
86 rezado o “Pai Nosso”. Em seguida fez uma leitura da pauta mencionando-a ponto a ponto. Indagou
87 à plenária se eles concordavam com a proposta do Sr. Leandro, de que os informes e
88 encaminhamentos da última reunião fossem feitos no início da sessão, e como não houve objeção a
89 reivindicação foi aprovada por unanimidade. Desse modo, o Sr. Leandro passa ao segundo ponto da
90 pauta “(informes/encaminhamentos)”, na qual fez uma apresentação dividida nos seguintes tópicos:
91 **A) composição da Comissão de Acompanhamento da Operação dos Vales do Jaguaribe e**
92 **Banabuiú – CSBH Médio Jaguaribe** (Lurivan Miranda, Flaviana Guimarães, Dayne Guimarães,
93 Elianildo Clemente, Tancredo, Cícero / Tadeu, Raimundo, Bandeira, Menezes e José Maria Freire);
94 **B) encaminhamentos ►I - Enviar à SRH Moção de Apoio para construção do açude**
95 **Caraúbas, município de Solonópole aprovado pela plenária - Votação: 20 favoráveis e 02**
96 **abstenções;** (foi enviado a SRH a moção de apoio para construção do açude Caraúbas, município
97 de Solonópole aprovado pela plenária: - Protocolo 05154540/19 – em 10/06/2019); **II - Solicitar à**
98 **COGERH a realização de estudo sobre a mortandade sazonal de peixes no açude Castanhão;**
99 **III - Enviar à COGERH ofício solicitando que haja uma comunicação prévia (no mínimo 48**
100 **horas) aos órgãos competentes (Prefeitura Municipal de Jaguaribara, Câmara Municipal de**

101 Jaguaribara, Associações e Produtores Locais) sobre qualquer evento que venha a ser
102 realizado pela COGERH nos equipamentos que controlam a vazão do açude Castanhão que
103 possa comprometer os produtores; IV - Enviar ofício à COGERH solicitando que o
104 enchimento do piscinão seja feito no período diurno para facilitar o bombeamento para o
105 Projeto Mandacaru. Destacou que o Ofício 052/2019 desse colegiado que foi direcionado a
106 COGERH contempla em um único documento os encaminhamentos II, III e IV acima
107 descritos; C) substituição de membros (limite de faltas) – mencionou que foi encaminhado o
108 ofício para substituição de membros (limite de faltas) – Prefeitura de Dep. Irapuan Pinheiro
109 (Of. 051/2019). Dando continuidade foi apresentado resumo das principais ações do CSBH Médio
110 Jaguaribe e Secretaria-Executiva que de forma didática foram também divididas em tópicos,
111 visando a uma melhor compreensão: A) ATIVIDADES REALIZADAS ► JANEIRO/2019 - 10 e
112 11/01 (reunião do Fórum Cearense de Comitês de Bacias Hidrográficas – Fortaleza); 15 e 29/01
113 (reunião dos GT'S 20 anos Baixo e Médio Jaguaribe – Limoeiro do Norte); 25/01 VI seminário
114 institucional para renovação do CSBH Médio Jaguaribe mandato 2019-2023 – Jaguaribara); 29/01
115 (reunião com a junta eleitoral para discutir a eleição da diretoria do colegiado mandato 2019-2021 –
116 Jaguaribara). FEVEREIRO/2019 - 08/02 (reunião dos GT'S 20 anos Baixo e Médio Jaguaribe –
117 Limoeiro do Norte); 13, 20 e 27/02 (visita técnica do GT Aquífero Potiguar – municípios do Médio
118 Jaguaribe); 22/02 (reunião dos presidentes da bacia do Jaguaribe e RMF com a diretoria da
119 COGERH – Fortaleza); 26/02 (seminário institucional para formação da comissão gestora do açude
120 Riacho da Serra – Alto Santo); 26/02 (88º reunião ordinária do CONERH – Fortaleza); 28/02 (posse
121 e capacitação básica do CSBH Médio Jaguaribe e eleição da diretoria do colegiado mandato 2019-
122 2021 – Jaguaribara). MARÇO/2019 - 07/03 (reunião com a diretoria do colegiado – Iracema); 12/03
123 (reunião de encerramento da operação 2018.2 do açude Figueiredo – Alto Santo); 13/03 (reunião de
124 encerramento da operação 2018.2 do açude Canafistula – Iracema); 13/03 (visita técnica do GT
125 Aquífero Potiguar – municípios do Baixo e Médio Jaguaribe); 14/03 (reunião dos GT'S 20 anos
126 Baixo e Médio Jaguaribe – Limoeiro do Norte); 14/03 (89º reunião do CONERH – Fortaleza);
127 21/03 (evento alusivo a semana da água e abertura oficial das festividades dos 20 anos do colegiado
128 – Jaguaribara); 27/03 (reunião dos presidentes da bacia do Jaguaribe e RMF com os CBH'S do São
129 Francisco – Fortaleza); 28/03 (reunião de avaliação da operação 2018.2 dos Vales do Jaguaribe e
130 Banabuiú – Limoeiro do Norte). ABRIL/2019 - 05/04 (89º reunião ordinária do colegiado –
131 Jaguaribe); 16/04 (sessão solene alusivo aos 20 anos da fundação dos CBH'S Baixo e Médio
132 Jaguaribe – Limoeiro do Norte); 23/04 (reunião com a diretoria do colegiado – Iracema); 24/04
133 (posse e capacitação da comissão gestora do açude Riacho da Serra – Alto Santo); 24/04 (reunião de
134 encerramento da operação 2018.2 do açude Riacho da Serra – Alto Santo). MAIO/2019 - 02 e 03/05
135 (reunião do fórum cearense de comitês de bacias hidrográficas – Fortaleza); 08/05 (reunião dos
136 GT'S 20 anos Baixo e Médio Jaguaribe – Limoeiro do Norte); 20/05 (reunião com a diretoria do
137 colegiado – Iracema); 23/05 (I reunião com a comissão de acompanhamento da operação 2019.1
138 dos vales do Jaguaribe e Banabuiú – Limoeiro do norte); 24/05 (reunião com a comissão gestora do
139 açude Riacho da Serra – Alto Santo); 29/05 (visita técnica do GT Aquífero Potiguar – municípios
140 do Baixo e Médio Jaguaribe). JUNHO/2019 - 04/06 (reunião com o GT seminário dos vales do
141 Jaguaribe e Banabuiú – reunião de discussão dos parâmetros hídricos dos açudes isolados –
142 Fortaleza); 05/06 (visita técnica do GT Aquífero Potiguar – municípios do Baixo e Médio
143 Jaguaribe); 07/06 (22º reunião extraordinária do médio Jaguaribe – Jaguarutama); 11/06 (reunião de
144 apresentação dos cenários hídricos para o seminário de alocação dos reservatórios dos vales do
145 Jaguaribe e Banabuiú/RMF 2019.2; 14/06 (reunião de nivelamento sobre a lei de segurança de
146 barragens – Jaguaribe); 18/06 (oficina do PPA – Plano Plurianual 2020-2023 Vale do Jaguaribe –
147 Morada Nova); 26 e 27/06 (capacitação temática – visita técnica a nascentes/olhos d'águas da sub-
148 bacia do Médio Jaguaribe – Tab. do Norte e Jaguaribe. JULHO/2019 - 02/07 (reunião com a
149 diretoria do médio Jaguaribe – Iracema); 04/07 (XXVI seminário de alocação negociada das águas
150 dos vales do Jaguaribe e Banabuiú 2019.2 – Limoeiro do Norte); 10/07 (reunião com a comissão de

151 acompanhamento da renovação da comissão gestora do açude Jenipapeiro – Dep. Irapuan Pinheiro);
152 11 e 12/07 (reunião do fórum cearense de comitês de bacias hidrográficas – Fortaleza); 18/07
153 (reunião com a diretoria do Médio Jaguaribe – Iracema); 19/07 (60º reunião ordinária do CSBH
154 Médio Jaguaribe – Iracema). Após listagem de atividades realizadas no corrente ano, foi
155 apresentado registro fotográfico de alguns eventos envolvendo o CSBH Médio Jaguaribe. B)
156 ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS ► JULHO/AGOSTO/2019 - 25/07 (seminário sobre a lei
157 de segurança de barragens – Milhã); 26/07 (seminário sobre a lei de segurança de barragens –
158 Solonópole) 01/08 (video conferência com a Agência Nacional de Águas – ANA sobre o projeto
159 PROCOMITES – Fortaleza); 02/08 (23º reunião extraordinária do CSBH Médio Jaguaribe em
160 Jaguaribara – definição dos parâmetros dos açudes isolados); 12 a 16/08 (diagnóstico institucional
161 para renovação da CG do açude Jenipapeiro – Dep. Irapuan Pinheiro e Solonópole); 21 e 22/08 (V
162 encontro dos comitês afluentes – diálogos para empoderamento dos CBH’S – Maceió/AL); reuniões
163 de alocação dos açudes da sub-bacia do médio Jaguaribe (agosto); aplicação do diagnóstico
164 institucional para renovação da comissão gestora do Aquífero Potiguar (agosto).
165 SETEMBRO/OUTUBRO/2019 - 11/09 (seminário de renovação da CG do açude Jenipapeiro –
166 Dep. Irapuan Pinheiro); 13/09 (61º reunião ordinária do CSBH Médio Jaguaribe – Solonópole);
167 04/10 (capacitação básica do colegiado – Jaguaribara); 21 a 25/10 (XXI ENCOB – Encontro
168 Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – Foz do Iguaçu/PR); oficinas municipais –
169 renovação da comissão gestora do Aquífero Potiguar (setembro); capacitação das comissões
170 gestoras dos açudes do Médio Jaguaribe (outubro). NOVEMBRO/DEZEMBRO/2019 - 22/11 (62º
171 reunião ordinária do CSBH Médio Jaguaribe – Jaguaribara); 03 e 04/12 (capacitação temática:
172 visita ao CAC); 05 e 06/12 (reunião do Fórum Cearense de Comitês de Bacias hidrográficas –
173 Fortaleza). C) CAPACITAÇÕES DO CSBH MÉDIO JAGUARIBE A SEREM REALIZADAS
174 NOS ANOS 2019/2020 - 04/10/2019 – (Jaguaribara) ► Capacitação Básica: “Legislação de
175 Federal e Estadual dos Recursos Hídricos e Regimento Interno”; 03 e 04/12/2019 – (Jati, Brejo
176 santo, Abaiara e Missão Velha) ► Capacitação Temática “Visita Técnica ao CAC”. Palestrante:
177 (SOHIDRA); 13/03/2020 – (Jaguaribe) ► Capacitação Básica: “Alocação de Água”. Palestrante:
178 (COGERH/SRH/UFC) Palestrante: Carlos Campelo (SRH); 11 a 12/06/2020 – (Guaramiranga) ►
179 Capacitação Temática: “Estudo do Plano de Bacia do Jaguaribe”. Palestrante: (COGERH/SRH).
180 09/10/2020 – (Pereiro) ► Capacitação Básica “Conhecendo os Instrumentos de Gestão de Recursos
181 Hídricos do estado do Ceará: “ Legislação ambiental e resíduos sólidos”. Palestrante: (SRH).
182 Concluída sua apresentação o Sr. Leandro passou a palavra para a Sra. Flaviana que teceu
183 comentários sobre o ofício enviado à COGERH sobre estudo/levantamento das causas da
184 mortandade de peixes no açude Castanhão, salientando que até o presente momento não obteve
185 resposta daquela instituição e disse que irá reiterar a solicitação. Em seguida falou que ela irá
186 representar o CSBH Médio Jaguaribe durante o V Encontro dos Comitês Afluentes – diálogos para
187 empoderamento dos CBH’S – Maceió/AL. O Sr. André Mavignier pediu a palavra para dar alguns
188 informes sobre as ações realizadas pelo DNOCS no corrente ano nas quais se destacaram as
189 conclusões das adutoras de Iracema, Limoeiro do Norte e Pereiro. Mencionou que tais ações irão
190 aliviar a pressão no segundo semestre pela demanda de água nos municípios atendidos/beneficiados
191 pelas adutoras. A Sra. Flaviana fez menção ao terceiro ponto da pauta ao disponibilizar para a
192 aprovação a “ata da 22ª Reunião Extraordinária do colegiado” que fora aprovada por unanimidade.
193 Dando prosseguimento, a Sra. Flaviana entra no quarto ponto da sessão cujo o assunto a ser
194 discutido será o “preenchimento de vacâncias criadas após a publicação do Novo Regimento no
195 Diário Oficial do Estado (03 da sociedade civil, 02 do Poder Público Estadual/Federal)”. O Sr.
196 Leandro pediu espaço para fazer algumas considerações acerca do tema, relatando que entre os dias
197 08 e 09 de julho de 2019 foi realizada mobilização para esta reunião e na ocasião foram convidadas
198 as seguintes instituições para preenchimento de vacâncias no colegiado: SEMACE, EMBRAPA,
199 SEMA, FUNASA, IFCE Tabuleiro do Norte, CREDE 11 Jaguaribe (segmento Poder Público
200 Estadual/Federal) e a FACOTAN, EFA Jaguaribana e os STRAAF’S dos municípios de Tabuleiro

201 do Norte, Potiretama, Jaguaritama, Solonópolis e Milhã (segmento Sociedade Civil), totalizando 13
202 (treze) instituições devidamente mobilizadas. Continuou a exposição, solicitando que fosse
203 verificado junto a plenária quantas instituições pleiteantes ao preenchimento de vagas se
204 encontravam presentes. Verificou-se que das 13 (treze) instituições mobilizadas/convidadas, apenas
205 04 (quatro) estavam presentes: 02 (duas) no segmento Poder Público Estadual/Federal e mais 02
206 (duas) no segmento Sociedade Civil. Em seguida, como de praxe, o Sr. Leandro solicitou que os
207 representantes das instituições pleiteantes fizessem uma rápida apresentação/defesa dos motivos
208 pelos quais pretendem ingressar no CSBH Médio Jaguaribe. Desse modo convidou a Sra. Ângela
209 Maria a se pronunciar pela SEMACE. Em suas palavras a Sra. Ângela destacou que a SEMACE já
210 fora membro do colegiado e lamentou o fato da instituição ter se afastado do comitê. Lembrou que
211 o comitê é uma importante ferramenta na gestão integrada, descentralizada e participativa dos
212 recursos hídricos e que tem a bacia hidrográfica como unidade de planejamento de quaisquer ações
213 dentro de sua área de abrangência. Enfatizou que a relevância da bacia hidrográfica reside também
214 no fato de se constituir na obrigatória referência geográfica do estudo prévio de impacto ambiental
215 de empreendimentos nela projetados. Acrescentou, ainda, que os aspectos atinentes aos recursos
216 hídricos devem ser considerados não só no estudo prévio de impacto ambiental, como de resto no
217 próprio procedimento de licenciamento ambiental de um empreendimento, condicionado que está à
218 comprovação da outorga para o uso da água. Finalizou afirmando que a instituição que ela
219 representa (SEMACE) e os Comitês de Bacias Hidrográficas tem muita afinidade e que uma não
220 pode se dissociar da outra, por isso é que ela defende o retorno da SEMACE ao CSBH Médio
221 Jaguaribe. O Sr. Leandro convida a Sra. Keroliny Maria (representante da SEMA) para fazer a sua
222 apresentação. A Sra. Keroliny disse que a instituição que ela representa (SEMA) é coirmã da
223 SEMACE e que tem muito a contribuir para com o comitê. Destacou que como Engenheira
224 Sanitarista e Ambiental pode desenvolver trabalhos em vários campos, dentre eles “educação
225 ambiental, preservação da mata ciliar, preservação de nascentes”, dentre outros. Disse que enxerga
226 nos comitês de bacia uma importante oportunidade tanto para contribuir quanto para agregar
227 conhecimento, e desse modo, solicitou ao colegiado o ingresso da SEMA como membro efetivo do
228 CSBH Médio Jaguaribe. O Sr. Leandro passa a palavra ao Sr. Francisco Lindomar (representante do
229 STRAAF de Potiretama), que em suas palavras destacou a importância do comitê. Foi enfático ao
230 afirmar que o comitê já fez muito e muito há de fazer pela região do Médio Jaguaribe. Afirmou que
231 sua instituição pretende fazer parte dessa história e que por isso solicita o reingresso no colegiado.
232 Concluída a fala do Sr. Francisco Lindomar, a palavra é franqueada ao Sr. Reginaldo (representante
233 da EFA Jaguaribana). O Sr. Reginaldo iniciou sua exposição dizendo que é Técnico Agropecuária
234 de formação e professor da EFA. Destacou que a EFA Jaguaribana tem como princípios basilares a
235 Educação do Campo Popular Contextualizada, baseada na Agroecologia, na Pedagogia da
236 Alternância (método Freiriano em que o educando passa 15 dias interno na escola e 15 dias em sua
237 comunidade como forma de multiplicar o conhecimento), na Convivência com o Semiárido e no
238 Bem Viver. Enfatizou a importância do comitê como órgão gestor dos recursos hídricos e pediu
239 apoio para que EFA Jaguaribana venha a integrar o CSBH Médio Jaguaribe. Concluídas as
240 apresentações, a Sra. Flaviana relatou que de antemão (antecipando o voto dela) já os considera
241 como membros do comitê e deu as boas vindas aos representantes das 04 (quatro) instituições. Em
242 seguida indagou a plenária se todos estavam de acordo com o ingresso dos novos integrantes do
243 comitê e por unanimidade todos passaram a partir daquele momento a integrar o CSBH Médio
244 Jaguaribe. O Sr. Lurivan pediu a palavra e parabenizou os novos membros do comitê, porém
245 chamou a atenção para a questão do comprometimento para com o colegiado, haja vista que os
246 mesmos estão ocupando a vaga de instituições que deixaram o comitê por motivo de falta de
247 assiduidade. Após esse momento, a Sra. Flaviana entra no quinto ponto da pauta que trata da
248 “eleição do Secretário Adjunto da Diretoria do CSBH Médio Jaguaribe (cargo criado após a
249 publicação do novo regimento no Diário Oficial do Estado)”, dizendo que alguns comitês já
250 possuem na composição de sua diretoria a figura do Secretário Adjunto. O Sr. Leandro pediu a

251 palavra para fazer algumas ponderações sobre o assunto, destacando que o Decreto Estadual N°
252 32.470 de 22 de dezembro de 2017 estabelece essa possibilidade. Continuando, chamou a atenção
253 para o papel e as atribuições do cargo de secretário que é assessorar o comitê nas questões técnico-
254 administrativas, aí incluída a elaboração e a lavratura de atas do colegiado. O Sr. Assis Rabelo falou
255 que não ver como atribuição fundamental do Secretário Adjunto o ato de fazer e lavrar atas.
256 Pontuou que colocar isso para a plenária pode afastar as pessoas de querer assumir essa função,
257 porém ressaltou que quem se interessar já podia lançar o nome agora para avançarmos na questão.
258 A Sra. Flaviana disse que em parte concorda com o Sr. Assis Rabelo e em parte com o Sr. Leandro
259 e indagou se alguém da plenária se candidataria a esse cargo? O Sr. Francisco Holanir Cabral
260 colocou seu nome a disposição, seguido pela Sra. Damiana Alves Bruno. O Sr. Leandro interveio e
261 disse que infelizmente o Sr. Francisco Holanir estava impedido de se candidatar, uma vez que o
262 mesmo fez parte das últimas duas diretorias do colegiado. A Sra. Flaviana perguntou novamente se
263 mais alguém se candidatava a concorrer ao cargo de Secretário Adjunto, e como ninguém se
264 pronunciou a Sra. Damiana foi eleita por aclamação. No uso de suas atribuições regimentais como
265 presidente do comitê e mediadora dessa sessão, a Sra. Flaviana adentra ao sexto ponto da pauta,
266 “aprovação da minuta de Moção N° 02/2019 – que estabelece a priorização para efeitos de outorga
267 de uso da água na sub-bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe”. O Sr. Leandro interveio e disse que
268 visando a contribuir com a discussão o mesmo apresentaria de forma sintética as duas minutas de
269 moção, como forma de subsidiar o colegiado a uma tomada de decisão rápida, segura e eficaz sobre
270 o assunto, pois segundo ele era preciso avançar em virtude da sessão ter uma pauta bastante extensa.
271 O Sr. Assis Rabelo pediu a palavra e destacou que talvez fosse melhor fazer a comparação “Ipsis
272 Litteris” do Art. 15 do Decreto Estadual N° 31.076/2012 com a referida moção para que tenhamos
273 um retrato fiel do que se está aprovando, além de não correremos o risco de virmos a contrariar o
274 preceito legal (o Decreto N° 31.076/2012). O Sr. José Maria Freire fez algumas considerações sobre
275 as 02 (duas) propostas de moção e salientou que a segunda opção é razoável para a região, pois em
276 sua visão engloba/contempla todos os setores produtivos no Médio Jaguaribe (agropecuária,
277 agroindústria, piscicultura, etc). O Sr. Erildo disse que não concorda que o instrumento normativo a
278 ser utilizado seja a moção, pois no seu entendimento a resolução seria mais apropriada. O Sr.
279 Leandro disse que não se pode abrir dessa nomenclatura (Moção), uma vez que esse mesmo assunto
280 já fora suscitado em reuniões anteriores e que ficou pacificado na plenária a utilização da “Moção”
281 como instrumento hábil e eficaz para o estabelecimento de priorização de uso da água na sub-bacia
282 hidrográfica do Médio Jaguaribe. O Sr. Vicente Bibiano disse que é preciso haver ações mais
283 efetivas que contemplem e resolvam os problemas da piscicultura no Médio Jaguaribe, sobretudo
284 em Jaguaribara (Castanhão), pois segundo ele o mesmo tem participado de muitas reuniões sobre a
285 temática e, tem-se verificado que a água está sem condição para criação de peixes. A Sra. Keroliny
286 mencionou que participou de recente reunião com técnicos da Agência Nacional de Águas – ANA e
287 quando chegar no ponto de pauta sobre a temática do saneamento básico falará sobre o assunto,
288 acrescentando, porém, “*que estudos recentes têm revelado que a carga de esgotos a montante do*
289 *Castanhão está contribuindo de maneira decisiva para as mortes de peixes naquele reservatório*”.
290 O Sr. Joseane pediu a palavra e enfatizou que o mais importante nesse momento é aprovar/definir as
291 prioridades de uso hoje, e que as discussões sobre qual nomenclatura a ser utilizada era fator menos
292 relevante/importante. O Sr. Leandro destacou que a diferença básica entre as 02 (duas) minutas está
293 no posicionamento dos incisos III e IV do Art. 1° daquela proposição. Na primeira (1°) opção os
294 incisos se encontram assim dispostos: **“III – outros abastecimentos coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos habitacionais, de caráter não residencial, compreendendo abastecimento de entidades públicas, do comércio e da indústria; IV – uso da água, mediante captação direta ou por infraestrutura de abastecimento para fins agropecuários”**, ao passo que
295 na segunda (2°) opção há simplesmente uma inversão entre os incisos III e IV ficando a
296 organização dos incisos dispostos da seguinte forma: **“III – uso da água, mediante captação direta ou por infraestrutura de abastecimento para fins agropecuários; IV – outros**
297 **abastecimentos coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos habitacionais, de caráter não residencial, compreendendo abastecimento de entidades públicas, do comércio e da indústria; IV – outros**
298 **abastecimentos coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos habitacionais, de caráter não residencial, compreendendo abastecimento de entidades públicas, do comércio e da indústria; IV – outros**
299 **abastecimentos coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos habitacionais, de caráter não residencial, compreendendo abastecimento de entidades públicas, do comércio e da indústria; IV – outros**
300 **abastecimentos coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos habitacionais, de caráter não residencial, compreendendo abastecimento de entidades públicas, do comércio e da indústria; IV – outros**

301 **abastecimentos coletivos de cidades, distritos, povoados e demais núcleos habitacionais, de**
302 **caráter não residencial, compreendendo abastecimento de entidades públicas, do comércio e**
303 **da indústria”**. Feitas essas observações e após inúmeras discussões, a Sra. Flaviana pôs as duas
304 minutas de moção para apreciação e votação no plenário do colegiado, no qual a segunda (2º)
305 **opção** foi vencedora com **23 (vinte e três) votos a favor e 01 (uma) abstenção**. Esgotado esse
306 tema, a Sra. Flaviana partiu para o sétimo ponto da pauta que tratará da “Discussão da proposta de
307 Resolução que solicita ao CONERH a proibição da irrigação por superfície no Baixo e Médio
308 Jaguaribe” e convida o Analista em Gestão de Recursos Hídricos, o Sr. Humberto Azevedo para
309 fazer uma apresentação sobre o tema, nos mesmos moldes da proposição do CSBH Baixo Jaguaribe
310 que fora apresentado ao CONERH em reunião realizada no dia 19 de março de 2019. Com a palavra
311 o Sr. Humberto agradeceu a oportunidade e disse que essa apresentação se tratava da mesma que
312 ele havia apresentado em março de 2019 ao Conselho de Estadual de Recursos Hídricos –
313 CONERH, quando na ocasião o comitê do Baixo Jaguaribe através da Resolução Nº 002/2018
314 solicitava aquele conselho a proibição da irrigação por superfície em toda a Bacia do Jaguaribe.
315 Iniciou apresentando um slide que continha informações sobre o conceito de eficiência em
316 irrigação, no qual tecnicamente ele é definido como a quantidade (volume ou lâmina) de água que é
317 efetivamente usada para um fim específico, em relação ao total de água disponibilizada para aquele
318 fim. Em seguida foi mostrada duas figuras que continham um método eficiente e outro não eficiente
319 quanto uso da água na irrigação. Continuou apresentando uma imagem que falava da uniformidade
320 de irrigação, onde se pôde observar que na irrigação por gravidade existe uma diferença substancial
321 entre a lâmina de água infiltrada no início do sulco com aquela verificada na sessão final da
322 amostra. Na irrigação por aspersão, foi verificado que existe uma variação entre a vazão individual
323 dos aspersores, além de imperfeições na sobreposição de lâminas de água oriundas dos aspersores,
324 que é afetada pelos espaçamentos entre aspersores e a pressão de serviço dos aspersores. Pontuou,
325 entretanto, que método por si só não é aspecto definidor, haja vista que ele deve ser associado a
326 outros fatores como manejo, tipo de solo, estado de conservação dos materiais, monitoramento do
327 clima, relevo, etc. Na tela parametrização dos sistemas de irrigação, ficou constatado que a
328 eficiência do método de superfície por inundação é de aproximadamente 60%. O Sr. Humberto
329 apresentou um gráfico que continha 33 (trinta e três culturas) onde se pôde observar que a cultura
330 que menos requer água é a palma forrageira, ao passo que a atividade que mais requer água é a
331 carcinicultura. Na sequência foram mostrados os resultados do cadastro emergencial de uso da água
332 datado do ano de 2015 nas margens direita e esquerda do Rio Jaguaribe cujo resultado fora o
333 seguinte: 579 cadastros realizados, 664 bombas identificadas (sendo 31 bombas para abastecimento
334 humano, 352 bombas para irrigação, 04 bombas para dessedentação animal, 84 bombas para
335 aquicultura e 193 bombas para usos associados), áreas destinadas a aquicultura = 869 ha e áreas
336 destinadas à irrigação = 10.706,65 ha. Foi apresentado ainda o resultado do cadastro emergencial de
337 uso da água – 2015, no qual se pôde observar quanto ao percentual da quantidade de sistemas de
338 irrigação cadastrados que 34% (inundação), 26% (aspersão), 17% (gotejamento), 11%
339 (microaspersão), 9% (sulco), 3% (pivô central) e 1% (aspersão canhão). Quanto ao percentual de
340 áreas por sistema de irrigação 40,6% (pivô central), 22,3% (inundação), 19,4% (microaspersão),
341 6,4% (gotejamento), 5,6% (aspersão), 2,8% (aspersão canhão) e 1,1% (sulco). No que se refere aos
342 percentuais de vazões requeridas por sistema de irrigação cadastrados, observam-se os seguintes
343 dados: 40,2% (pivô central), 34,9% (inundação), 10,4% (microaspersão), 5,4% (aspersão), 5,1%
344 (aspersão canhão), 3,0% (gotejamento) e 0,9% (sulco). Concluída essa parte, o Sr. Humberto
345 apresentou um quadro demonstrativo contendo a demanda de usos múltiplos por município no qual
346 é possível observar que a “irrigação” demanda a maior quantidade de vazão = 7.567,65 (L/s),
347 seguida imediatamente pela “aquicultura” = 716,53 (L/s), “abastecimento humano” = 576,93 e a
348 “dessedentação animal” com vazão = 6,69 (L/s). Foram apresentadas imagens de sobrevoo do drone
349 das áreas do entorno (que acompanham) os trechos perenizados do Rio Jaguaribe (da tomada d’água
350 do Castanhão até Sucurujuba) cujo o monitoramento fora realizado pela COGERH/Limoeiro do

351 Norte em campanha realizada durante o ano de 2018. O resultado da campanha do sobrevoo do
352 drone resultou na identificação de captações de água em 859 poços, seguidas de captações para o
353 uso/exploração de 2.900,84 ha (2.584,49 ha – “irrigação” e 316,35 ha - “aquicultura”). Por fim o Sr.
354 Humberto terminou a sua apresentação com as devidas conclusões que passo a transcrevê-las: a) a
355 eficiência da irrigação depende, do manejo, tipo de solo (superfície), estado de conservação dos
356 materiais (pressurizada), monitoramento do clima, relevo, etc; b) a irrigação diretamente do rio
357 diminuiu, porém a captação por meio de poços aumentou; c) no cadastro 2015, a área era declarada,
358 porém os métodos eram mais específicos; d) na atualização do cadastro com drone 2018.2
359 (levantamento), a área foi calculada, porém os métodos não foram tão específicos. Concluída a
360 apresentação do Sr. Humberto, o Sr. Holanir perguntou se acima dos parâmetros estabelecidos na
361 reunião de alocação dos vales é possível/permitido captar água através de poço profundo? O Sr.
362 Humberto disse que sim, desde que o poço contenha sistema eficaz de isolamento, pois caso
363 contrário, se captaria água do aluvião. O Sr. Davi Holanda perguntou quando começará a
364 fiscalização? Para a carcinicultura será permitida uma só cultura/um só ciclo conforme as premissas
365 estabelecidas na reunião de alocação dos vales? O Sr. Humberto respondeu que é exatamente isso,
366 um só ciclo para essa atividade, uma vez que o Castanhão tem menos água que em 2018. Quanto à
367 fiscalização, o Sr. Humberto relatou que as campanhas são constantes. O Sr. Dedé Teixeira pediu
368 desculpas por ter se atrasado. Disse que no dia 18/07/2019 esteve presente ao debate sobre a
369 importância da água subterrânea realizado pelo Comitê do Salgado no Cariri. Comentou que hoje
370 (dia 19/07/2019) participou de reunião na localidade de Sítio Extrema em Icó/CE, no qual
371 inteligentemente se conseguiu reunir ribeirinhos, usuários, entidades da sociedade civil, entidades
372 públicas. Ressaltou que tem observado a falta de informação para com a população e destacou que é
373 importante disseminar informação pontual e segura. Lembrou que no último dia 04 de julho houve
374 talvez a reunião mais importante do estado sobre recursos hídricos, e que por onde tem passado,
375 vem observando que as pessoas têm muitas dúvidas. Solicitou que lhe enviassem as premissas
376 recém-aprovadas para ele pudesse articular de forma institucional uma maior visibilidade ao trato
377 da demanda. O Sr. Lurivan disse que como sugestão se utilizasse os meios de comunicação para tal
378 divulgação. O Sr. Assis Rabelo destacou que na reunião de alocação foram definidos os parâmetros
379 com as vazões máximas permitidas na operação e indagou o que justifica o comitê
380 proibir/suspender o uso para além das faixas estabelecidas? O Sr. Humberto respondeu que talvez o
381 justificasse tal medida fosse justamente o fato de o maior reservatório do Estado, o Castanhão, está
382 com menor capacidade hídrica do que no ano passado. O Sr. Lurivan complementou dizendo que o
383 comitê é soberano para tomar tal medida. O Sr. José Maria disse que o tema é delicado, que se usa
384 água de forma perdulária. Pontuou dizendo que o homem do campo vive disso (da agropecuária),
385 isso é incontestável, porém tem que se ter em mente o uso de métodos inteligentes e eficientes como
386 a irrigação localizada, a microaspersão, o gotejamento e finalizou afirmando que é por isso que ele
387 defende a resolução proibindo a irrigação por métodos superficiais. O Sr. Davi Holanda relatou que
388 é vizinho da região do Castanhão e que o seu município sofre das mesmas agruras, onde a
389 piscicultura vai zerar, a carcinicultura vai zerar, dentre outras atividades que estão em declínio.
390 Diante desse fato ele pergunta, como fica a situação? O governo vai ajudar a comprar esses
391 equipamentos de microaspersão, pois os mesmos não são baratos. Há muito se fala em métodos
392 eficientes, porém o homem do campo não tem acesso, não por que não queira, mas porque não tem
393 recursos financeiros suficientes para ter acesso a essas tecnologias. A Sra. Damiana pede a palavra e
394 diz que tem preocupação com isso, em alusão a fala do Sr. Dedé Teixeira (Secretário-Executivo da
395 SRH), pois segundo a sua concepção a informação pontual, segura, rápida e eficaz não cabe só ao
396 comitê, mas ao próprio Estado, é uma função do Estado. Destacou que quando a coisa dá certo
397 dentro do comitê, ninguém elogia, quando dá errado é responsabilidade do comitê. Mencionou que
398 é preciso que se mude essa mentalidade. Por fim ressaltou que a situação é preocupante, e
399 perguntou: como ficam as pessoas? O que se está fazendo pelo homem do campo? Quais os
400 planos/projetos de convivência com o semiárido? Por que a agroecologia não é disseminada pelos

401 órgãos governamentais? Quais as consequências danosas do êxodo rural em nosso sertão? Segundo
402 ela, são perguntas que há tempo ela tem feito e que as respostas, infelizmente, não vêm na mesma
403 velocidade das necessidades que o camponês necessita. Indagou ao Sr. Dedé Teixeira, para essas
404 perguntas também faltam respostas, também faltam informações. O Sr. Holanir se diz preocupado
405 com a situação e perguntou se essa resolução for aprovada ela vai durar até quando? O Sr. Assis
406 Rabelo falou que lhe perdoassem pela expressão, mas se essa resolução for aprovada pelo comitê
407 ela contribuirá para o declínio das já abaladas atividades produtivas do Médio Jaguaribe. O Sr.
408 Joseane comentou que é lamentável que mais uma vez o pequeno agricultor seja esmagado por
409 todos os lados. São inúmeras variáveis a serem analisadas: primeiro tem que se ter assistência
410 técnica, tem que se garantir água para os usos prioritários, é notório e incontestável que camarão e
411 arroz requerem muita água, que a piscicultura no Castanhão é inviável com o volume de água
412 atualmente existente – segundo ele é muita coisa para ser analisada e concluiu ao afirmar que é
413 preciso ter cautela, é necessário estudar mais para se venha a tomar a decisão acertada. O Sr. Dedé
414 Teixeira pediu a palavra e destacou que estamos vivendo/presenciando a maior crise hídrica da
415 História do Ceará. Disse que dava graças aos céus que esse ano não vai ser necessário mandar água
416 para Fortaleza e RMF, caso contrário a coisa seria ainda mais complicada; seria um fator
417 complicador a mais no tabuleiro nesse jogo de múltiplos anseios e necessidades da população
418 cearense. Frisou que “mudança de cultura” é difícil, é complicado e que requer tempo e paciência.
419 Acrescentou que basta ver o exemplo da mortandade de peixes no açude Castanhão, episódios que
420 vêm acontecendo com frequência nos últimos anos. Diante de sucessivos eventos dessa natureza,
421 houve uma reunião com o Governador do Estado na qual os piscicultores do Castanhão pediram R\$
422 4 milhões de reais para subsidiar as perdas. O Governo do Estado liberou de prontidão R\$ 2 milhões
423 e agora estão cobrando o restante, destacou o Sr. Dedé Teixeira. Pontuou que ao longo do tempo
424 houve muitos erros com relação a piscicultura no açude Castanhão e que é necessário aprender com
425 esses erros, com esses equívocos e concluiu afirmando que “todo mundo tem que se reinventar, haja
426 vista que com o Castanhão com o volume abaixo de 30% não dá para produzir peixe do jeito que
427 vem se tentando/insistindo. O Sr. Valderi comentou que tem visto muita preocupação com relação a
428 produção, a economia – que ao seu olhar é importante, porém destacou que não tem visto a mesma
429 atitude com relação ao meio ambiente, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, alertando que
430 esse assunto é tão ou mais preocupante que a manutenção ou o aumento de subsídios ao setor
431 produtivo. Finalizou sua exposição sugerindo que se construísse um canal de comunicação fluente e
432 eficaz com os órgãos ambientais. O Sr. Lurivan destacou que de acordo com as circunstâncias, com
433 a problemática envolvendo os múltiplos usos de água no âmbito do Médio Jaguaribe, com os
434 problemas ambientais que assolam a região conforme fora recém lembrado pelo Sr. Valderi, não dá
435 para se elaborar uma resolução que contemple todas essas variáveis nesse momento. Destacou que é
436 preciso sermos prudentes, é necessário estudar mais o assunto, repensar valores e buscar um meio
437 termo, uma harmonização entre o binômio “Produção X Questões Ambientais”. A Sra. Flaviana
438 retoma a palavra e diz que acata a proposta do Sr. Lurivan e põe imediatamente o assunto para a
439 apreciação da plenária, que por unanimidade, concorda que a questão seja amadurecida e discutida
440 em outras oportunidades. Abrindo o oitavo ponto da pauta, a Sra. Flaviana convidou o Sr. Rômulo
441 Cabral para a Apresentação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios
442 da Sub-bacia do Médio Jaguaribe – Secretaria das Cidades. O Sr. Rômulo Cabral inicia sua fala
443 trazendo a definição do assunto. Segundo ele, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é
444 um instrumento de planejamento e gestão participativa que estabelece as diretrizes para a prestação
445 dos serviços públicos de saneamento. Em seguida passa a tratar dos aspectos legais. A elaboração
446 do PMSB é obrigatória, conforme a Lei no 11.445/2007 na qual o saneamento básico poder ser
447 concebido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a)
448 abastecimento de água; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
449 d) drenagem e manejo das águas pluviais. Ainda quanto aos aspectos legais, destaca-se que Lei
450 Federal No 11.445/2007 (Saneamento): a) fixa o horizonte de 20 anos para o Plano, com

451 atualizações a cada 4 anos; b) os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os
452 planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos; c) prevê o conteúdo mínimo, que deve
453 conter o Plano os seguintes itens: I – diagnóstico situacional; II – diretrizes e estratégias; III –
454 metas; IV – programas e V – monitoramento e avaliação. Outro dado relevante é que as Leis
455 Federais N° 11.445/2007 (Saneamento) e a Lei Federal N° 12.305/2010 (Resíduos Sólidos) devem
456 ser compatíveis. Há de se mencionar, também que Decreto N° 7.217, de 21 de junho de 2010, que
457 regulamentou a Lei N° 11.445/2007, estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico, e
458 deu outras providências. Em seu Art. 26 - § 2° prescreveu que após 31 de dezembro de 2019, a
459 existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o
460 acesso aos recursos orçamentários da União ou aos recursos de financiamentos geridos ou
461 administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços
462 de saneamento básico. O Sr. Rômulo continuou apresentando o Programa Cidades II que previu o
463 Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Vale do Jaguaribe / Vale do Acaraú
464 (Acordo de Empréstimo No 2826/OC-BR) cujo o objetivo é incrementar a capacidade fiscal e
465 institucional dos governos das principais cidades dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú para que
466 possam ampliar sua capacidade de investimento em seu desenvolvimento urbano, bem como
467 contribuir para o desenvolvimento regional. Foi mostrado dois mapas, um de cada Polo Regional,
468 no qual se pôde verificar que das cidades do Vale do Jaguaribe foram escolhidas em 03 (três) como
469 cidades polo: Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, sendo que as demais urbes foram
470 rearranjadas em 02 (dois) grandes blocos: I – municípios que possuíam mais de 18.000 habitantes,
471 sendo eles Aracati, Icapuí, Jaguaruana, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte, Morada Nova,
472 Tabuleiro do Norte, Jaguaratama e Jaguaribe; II – municípios que possuíam menos de 18.000
473 habitantes, nos quais se inserem Fortim, Itaiçaba, Palhano, Ibicuitinga, São João do Jaguaribe, Alto
474 Santo, Jaguaribara, Potiretama, Iracema, Ererê e Pereiro. Destacou-se, também, o escopo do
475 trabalho cuja concepção é realizada em 06 (seis) fases distintas e complementares: Fase 1 - Plano
476 Executivo de Trabalho, Fase 2 - Diagnóstico/Consulta Pública/Audiência Pública 01, Fase 3 -
477 Programas, Projetos e Ações, Fase 4 - Estudos de Viabilidade/Consulta Pública/Audiência Pública
478 02, Fase 5 - Consolidação do PMSB e Proposta de Legislação e Fase 6 - Treinamento sobre o
479 PMSB – 16h. Há de se destacar que o processo participativo na consecução dos Planos Municipais
480 de Saneamento Básico (PMSB), onde na primeira rodada de audiências públicas municipais
481 (Diagnóstico) realizadas em 11/12/2018 - Limoeiro do Norte e 12/12/2018 -Morada Nova foram
482 mobilizadas 168 pessoas. Foram, ainda, mostradas fotos dos dois eventos. Na sequência, foi
483 apresentado o fluxograma de articulação interinstitucional onde ao centro aparecem a Secretaria das
484 Cidades, a Consultoria e os Municípios diretamente envolvidos e gravitando ao redor desses 3 (três)
485 entes a APRECE, a ARCE, a CAGECE, o SISAR, os Ministérios Públicos – MP's, SRH/COGERH,
486 os Comitês de Bacias – CBH's, CGIRS, a SEMA e a SDA. Por fim foram apresentadas as
487 competências e as atribuições de cada ente central do processo, cabendo ao **Estado/Secretaria das**
488 **Cidades:** Elaborar TDR, Contratar os serviços, Financiar execução, Acompanhar o Contrato
489 Participar dos eventos, Disponibilizar ao município os produtos desenvolvidos pela consultoria
490 contratada. Aos **Municípios** competem: Designar Comissão Local de Acompanhamento, Aprovar
491 minutas dos produtos do Plano e material de divulgação, Apoiar os trabalhos de coleta de dados e
492 informações, Disponibilizar dados e informações para subsidiar a elaboração do Plano, Divulgar
493 processo de elaboração do Plano nas mídias locais, Promover mobilização social, Fornecer apoio
494 logístico e operacional à realização de audiências públicas, Submeter ao legislativo municipal
495 Projeto de Lei instituindo o Plano, Disponibilizar estrutura administrativa para gestão do Plano e
496 Implantar Sistema de Informações. Como competências da **Consultoria** podem ser listadas: Coleta
497 de dados, Tratar os dados coletados, Elaborar minutas dos produtos do Plano (Diagnóstico, PPA,
498 Plano etc.), Preparar metodologia dos eventos, Preparar convites e demais materiais para consulta,
499 Orientar a mobilização e Capacitar o corpo técnico da Prefeitura. O Sr. José Maria parabenizou o
500 Sr. Rômulo pela excelente apresentação e perguntou como efetivar o plano? Onde são alocados os

501 recursos financeiros? O Sr. Rômulo respondeu que o plano se efetivará através de duas frentes:
502 articulação política e fontes de financiamento (BIRD, BID, etc). O Sr. Cícero indagou quais os
503 próximos passos para efetivação do PMSB do Município de Jaguaribe? O Sr. Rômulo respondeu
504 que ocorrerá a revisão do relatório (2º revisão), seguido da audiência até finalizar o plano no
505 segundo semestre desse ano. Encerrada a exposição do Sr. Rômulo, a Sra. Flaviana entra no nono
506 ponto da pauta que se refere a Apresentação da Situação Hídrica do Baixo e Médio Jaguaribe –
507 COGERH. O Sr. Humberto inicia sua fala apresentando slide que continha o prognóstico da
508 FUNCEME para o trimestre Fev/Mar/Abr 2019 no qual se pôde observar a concentração da
509 precipitação na faixa do litoral norte do Estado, ao passo que se verifica a diminuição de sua
510 intensidade na secção centro-sul do Ceará. Em seguida foi apresentada tela contendo a precipitação
511 média por bacia hidrográfica com destaque para o Coreau (1,242,2mm), Litoral (1,016mm),
512 Metropolitana (914,6mm) e Acaraú (823,8mm). Dentre as bacias do Rio Jaguaribe destacaram-se os
513 seguintes dados: Baixo Jaguaribe (676,4mm), Médio Jaguaribe (520,6mm) e Alto Jaguaribe
514 (434,5mm). Continuando, o Sr. Humberto mostrou o Histórico do Aporte Hídrico dos Açudes
515 Gerenciados pela Regional Limoeiro do Norte seguido do Histórico Volumétrico dos Reservatórios
516 monitorados pela COGERH – Jan/95 a Jun/19 onde é possível observar que os picos máximos
517 referente ao volume ocorreram em Jun/04 e Jul/09. Foi mostrado também o volume armazenado nos
518 reservatórios da RMF do ano de 2019, no qual se constatou que em 03/06/2019 o açude Gavião
519 estava praticamente cheio (98,5%) seguido pelos açudes Pacajus (90%), Riachão (76%) e Pacoti
520 (75,4%). O Sr. Humberto apresentou tela que continha mapa que evidenciava a real situação de
521 abastecimento das sedes municipais, no qual é possível constatar que no Vale do Jaguaribe apenas o
522 município de Pereiro se encontrava (17/05/2019) no nível de criticidade alta. Continuando sua
523 exposição, o Sr. Humberto fez uma apresentação mais detalhada sobre o açude Castanhão que em
524 24/06/2019 encontrava-se na cota = 72,23 m – volume acumulado = 344.067.712 e volume
525 percentual = 5,13% de sua capacidade total de acumulação, estando desse modo a 33,77 m de sua
526 cota de soleira (capacidade máxima) e a 15,23 m de sua cota da tomada d'água (capacidade mínima
527 que permite liberação de água a jusante). Foi apresentada, ainda, um comparativo entre o Simulado
528 X Realizado no semestre 2018.2 onde é possível verificar a ocorrência de pequena margem de folga
529 com ganho de 16 cm em lâmina de água e 5.095.120 m³ em volume de água. Na sequência foi visto
530 uma sequência de fotos da operação açude Castanhão 2019 com ações planejadas no tocante ao
531 monitoramento quali-quantitativo, fiscalização, monitoramento via satélite (PLANET), reuniões de
532 divulgação e acompanhamento da operação 2019.2 e monitoramento via drone. Dando continuidade
533 foi informado as vazões das seções de monitoramento do Rio Jaguaribe (tomada d'água do
534 Castanhão até Sucurujuba) e quadro explicativo que continha o resumo da fiscalização 2018.2 (Jan
535 a Dez/2018) que resultou em 15 Relatórios de Vistoria, 03 Autos de Infração, 25 Termos de
536 Embargo, 18 Termos de Compromisso, 40 Termos de Lacre, 50 Sistemas Lacrados e 01 Termo de
537 Apreensão. O Sr. Humberto continuou sua fala mostrando o Boletim da Evolução Volumétrica dos
538 Açudes Monitorados da Bacia Hidrográfica do Médio e Baixo Jaguaribe com ênfase para o açude
539 Jenipapeiro que em 01/07/2019 se encontrava na cota 92,87 e (16,6% em volume) e em 18/07/2019
540 está na cota 92,81 e 16,26% em volume, o que garante o abastecimento hídrico do município de
541 Dep. Irapuan Pinheiro durante o ano de 2019 com folga. Mencionou ainda o açude Riacho da Serra
542 em Alto Santo que em 01/07/2019 se encontrava na cota 79,51 e com volume de 10,6% e em
543 18/07/2019 estava na cota 79,39 e 9,6% em volume. Outro destaque foi o açude Riacho do Sangue
544 em Solonópole que em 01/07/2019 se encontrava na cota 109,54 e com volume de 11,85% e em
545 18/07/2019 estava na cota 109,54 e 11,85% em volume. O Sr. Humberto disse que apesar dos bons
546 aportes conseguidos durante a quadra chuvosa, a maioria dos açudes do Médio Jaguaribe são
547 pequenos e que por isso eles não foram capazes de dar uma resposta significativa aos seguidos anos
548 de estiagem. Finalizando o Sr. Humberto deu enfoco a alocação negociada de água 2019 para os
549 açudes Orós e Castanhão, cujas vazões máximas liberadas foram respectivamente 2,5 m³/s (com rio
550 – 1,835 m³/s, Montante – 0,065 m³/s, Feiticeiro – 0,2 m³/s e Lima Campos – 0,400 m³/s) e 6,5 m³/s

551 (Eixão das Águas – 2,1 m³/s e rio – 4,4 m³/s). O Sr. Leandro anunciou que todos da plenária tinham
552 recebido a pauta da 23^a Reunião Extraordinária do Médio Jaguaribe para discutir os parâmetros
553 operacionais 2019.2 dos açudes isolados da bacia em Jaguaribara no dia 02/08/2019. Concluída a
554 fala do Sr. Humberto, a Sra. Flaviana comentou que é preciso pensar nas demandas para a reunião
555 com o Governador. Agradeceu a presença do Sr. Dedé Teixeira, agradeceu, ainda ao representante
556 do Prefeito de Iracema – Sr. José Wilson e parabenizou o Sr. Vicente Bibiano (aniversariante do
557 dia). Logo após foram lembradas pela Sra. Flaviana as propostas de encaminhamentos, sendo que
558 ao final foram aprovados como encaminhamentos as seguintes demandas: **1 - Enviar ofício à**
559 **SEMACE para que seja realizado estudo sobre a qualidade da água na cidade de Jaguaribe a**
560 **fim de se verificar se há resíduos/rejeitos oriundos da criação de camarão; 2 - Solicitar aos**
561 **órgãos outorgantes (SRH/SEMACE) estudos sobre outorgas para a carcinicultura (existentes,**
562 **renovadas, novas) e intensificar a fiscalização no Médio Jaguaribe, sobretudo para atividades**
563 **que envolvam tal setor.** Por não haver nada mais a ser tratado, a Sra. Flaviana Guimarães declarou
564 encerrada a reunião, e eu, Aroldo Vidal de Assis, Analista em Gestão de Recursos Hídricos do
565 Núcleo de Gestão das Bacias do Baixo e Médio Jaguaribe, lavrei a presente ata, que segue assinada
566 pelos membros do CSBH do Médio Jaguaribe.